

Ata da 7ª Reunião do
Grupo de Acompanhamento da
Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai

Local: Cuiabá, Parque M Okamura

Data: 21 de junho de 2016

Participantes: lista de presença (Anexo1)

Abertura

Leonardo Sampaio Costa, coordenador do grupo de acompanhamento - GAP, abriu os trabalhos saudando a presença de todos. Nos informes, Leonice Lotufo relatou que, na próxima semana, será realizada a reunião de partida do Fórum Mundial da Água e, na semana seguinte, acontecerá o Encontro Nacional de Comitês de Bacia (ENCOB) que tem inscrições abertas.

Hidrogeologia

Fabício Bueno da F. Cardoso, ANA, apresentou resultados do estudo de águas subterrâneas (Anexo 2), que identificou 16 unidades hidrogeológicas que foram caracterizadas em termos de capacidade de quantidade e qualidade da água. Alessandra Panizi, FIEMT, solicitou esclarecimentos em relação ao aquíferos Parecis e a questão do divisor de águas, bem como da importância da condutividade elétrica. Márcia Divina Oliveira, Embrapa, indagou sobre a interação entre os aquíferos da bacia sedimentar do Pantanal e os demais. Foi esclarecido pelos presentes que essa comunicação é complexa, mas de forma geral esses aquíferos contribuem para o Pantanal. Débora F. Calheiros, FONASC, indagou sobre a questão de contaminação. Fabício Cardoso esclareceu que a informação é muito pequena. Nilo Peçanha Coelho Filho, Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Taquari, esclareceu que existe um trabalho da Embrapa Solos que identificou a presença de arsênio, chumbo e agrotóxicos a partir de monitoramento realizado durante cerca de um ano. Márcia Divina Oliveira questionou a contaminação do aquífero pela pecuária, tendo em vista que o nitrogênio pode ser aproveitado pelas plantas, e ressaltou a importância de dar destaque ao aquífero Pantanal para a dessedentação animal e abastecimento na área rural. Fabício Cardoso afirmou que a informação sobre pecuária se baseia em estudo do

33 Ministério do Meio Ambiente em 2006 e que as informações hidrogeológicas são muito
34 restritas na região. A ANA esclareceu que não conseguiu todo o estudo da Sanesul Tajal
35 sobre o Mato Grosso do Sul. Dulcélya Monica de Q. Souza, SANESUL, informou que
36 vai buscar os relatórios desse estudo em CD. Nilo Coelho ressaltou o desperdício de
37 água em poços jorrantes. Foi discutida entre os presentes a obtenção do estudo do
38 IBAMA a respeito do impacto da mineração em Poconé sobre o abastecimento da
39 comunidade situada próxima.

40 Fernando Roberto de Oliveira, ANA, destacou a importância de estudar a integração
41 entre águas superficiais e subterrâneas, destacando a metodologia adotada e os
42 resultados obtidos (Anexo 3). Débora Calheiros e Nilo Coelho comentaram a
43 importância do uso e ocupação do solo sobre a recarga dos aquíferos. Leonardo Costa
44 registrou que o IMASUL tem incorporado nas análises de outorga o coeficiente de
45 sustentabilidade dos aquíferos. Débora Calheiros fez comentários sobre recarga e gestão
46 ecossistêmica. Walter Carvalho Júnior, SEMA, indagou sobre a atuação da ANA no
47 sentido de indicar como enfrentar questões como seca e enchentes. Fernando Oliveira
48 comentou que na parte de enchentes existe estudo. Sérgio Rodrigues Ayrimoraes, ANA,
49 destacou a importância do tema da integração entre águas subterrâneas e superficiais e
50 que as informações produzidas até o momento devem ser utilizadas para o processo
51 decisório do plano de recursos hídricos. Informou que considera que o tema de eventos
52 críticos, incluindo enchentes, foi explorado na nota técnica referente à hidrologia.

53 Abastecimento Urbano

54 Rosana Mendes Evangelista, ANA, informou que não foi possível concluir a nota sobre
55 qualidade da água superficial. Relatou que a contratação da empresa responsável pela
56 elaboração do plano de recursos hídricos teve 7 empresas habilitadas e que os envelopes
57 com as propostas deverão ser abertos nos próximos dias. Adicionalmente, propôs a
58 realização de reunião do GAP no mês de agosto para consolidação das contribuições ao
59 diagnóstico recebidas nas últimas semanas. Em seguida, fez uma apresentação sobre a
60 situação do abastecimento urbano de água nos municípios que se baseia no Atlas de
61 Abastecimento Urbano, elaborado pela ANA em 2010 (Anexo 4). Nilo Coelho ressaltou
62 que algumas das cidades que tem níveis de cobertura de rede inferior estão passando por
63 forte crescimento da população. Foram realizados questionamentos em relação ao
64 elevado índice de perdas na distribuição de água na região, que alcança 59%, e os

65 investimentos necessários associados aos sistemas de produção de água, da ordem de
66 R\$ 95 milhões, que não inclui distribuição de água. Dulcélya Monica de Q. Souza
67 informou que vai levantar informações sobre os investimentos realizados desde 2010.
68 Sérgio R. Ayrimoraes demonstrou preocupação com o excessivo aprofundamento do
69 debate de algumas questões, mas que o foco deve ser, por exemplo, em como o plano de
70 recursos hídricos pode abordar a questão dos elevados índices de perda que estão na
71 governabilidade do sistema. Débora F. Calheiros pediu a elaboração de nota técnica
72 sobre as populações ribeirinhas, as comunidades tradicionais e conflitos consolidando as
73 informações existentes, tendo em vista as restrições orçamentárias atuais. Sérgio R.
74 Ayrimoraes informou que esse estudo está previsto no âmbito das tratativas relacionadas
75 à Embrapa. Luiz H. Noquelli, SEMA, informou que todos os municípios da bacia do
76 Alto Paraguai (BAP) em Mato Grosso estão com seus planos de saneamento elaborados
77 e indagou se essa informação havia sido sistematizada. Relatou que o plano estadual de
78 recursos hídricos sobre a bacia do Pantanal vai ser elaborado e deverá se basear nos
79 planos municipais. Nilo Coelho informou que no Mato Grosso do Sul nem todos os
80 municípios tem planos de saneamento.

81 Caracterização Legal e Institucional

82 Rosana Mendes Evangelista fez apresentação sobre o quadro legal e institucional da
83 gestão de recursos hídricos nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Anexo
84 5). Solicitou contribuições para atualizar a nota técnica sobre o assunto. Márcia D.
85 Oliveira indagou quem seria responsável pelo enquadramento dos corpos hídricos.
86 Rosana M. Evangelista respondeu que será elaborada uma proposta no âmbito da
87 elaboração do plano de recursos hídricos e que cada conselho de recursos hídricos é
88 responsável pela aprovação em função da dominialidade do corpo hídrico, federal ou
89 estadual. Luiz H. Noquelli informou que existe uma proposta de enquadramento cuja
90 discussão deverá ser realizada com a retomada das atividades do Conselho Estadual de
91 Recursos Hídricos de Mato Grosso. Leonardo S. Costa relatou que já existe
92 enquadramento de vários rios e que está sendo elaborada uma proposta para dois
93 trechos de rios na bacia. Luiz H. Noquelli comentou que é cobrada uma taxa para a
94 publicação das outorgas e informou que existe uma rubrica de recursos hídricos no
95 Fundo Estadual de Meio Ambiente, mas que o uso desse recurso não é exclusivo. Foi
96 relatado que o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) de Mato Grosso foi questionado
97 e não está sendo aplicado, mas a discussão do instrumento está começando a ser
98 retomada. A segunda aproximação do ZEE em Mato Grosso do Sul foi realizada. Ângelo
99 J. R. Lima, WWF, sugere que, além de descrever outros planos existentes na bacia, como

100 por exemplo o Programa Marco da Bacia do Prata, identificando quais são as ações que
101 serão implementadas e possam colaborar com os desafios da bacia. Debora Calheiros
102 cita que existem experiências da sociedade civil para a gestão transfronteiriça, como a
103 Rede Pantanal de ONG e movimentos sociais do Brasil, Bolívia e Paraguai, a Alianza
104 Sistema de Humedales Paraguai Paraná, que apresentou documentos no GAP, e a
105 Convenção Ramsar sobre as preocupações com as ações de desenvolvimentos na parte
106 alta da bacia brasileira.

107 Áreas Úmidas da Bacia do Alto Paraguai

108 Cátia Nunes da Cunha, UFMT, apresentou conceitos relativos a áreas úmidas e sua
109 classificação. Nilo Coelho falou sobre a situação de campos de murundus, que nos anos
110 90 o Estado de Goiás estabeleceu uma legislação específica de proteção, e que no Mato
111 Grosso do Sul por não ter uma lei de proteção, a área foi drenada diminuindo o volume
112 dos rios. C N. da Cunha falou que estão sendo construídos drenos na região de Cáceres,
113 demonstrando a sua preocupação. Wolfgang Junk, Instituto Nacional de Ciência e
114 Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU), falou da importância da visão de tempo no
115 planejar, citando que o plano da agricultura é curto prazo e prazo do político no período
116 de nova eleição, e que o plano de bacia tem que ser feito para longo prazo, considerando
117 que o futuro será água. Descreveu que as mudanças na paisagem em 20 anos foram
118 significativas na BAP, com diminuição do volume de água e desaparecimento de corpos
119 hídricos. Débora Calheiros disse que a definição de áreas úmidas e recursos hídricos foi
120 apresentado no Conselho Nacional de Zonas Úmidas está em discussão no Conselho
121 Nacional de Recursos Hídricos. Belmiro , pescador , falou sobre a sobre a barragem do
122 Manso e os problemas decorrentes da deposição de efluentes diretos nos rios causando
123 poluição diminuindo a presença de peixe nos rios; Criticando a construção de usinas de
124 produção de energia e as dragas no rio Cuiabá. Leonardo S. Costa posicionou que as
125 reuniões são importantes e necessárias para entender e estabelecer o diagnóstico.

126 Mobilização e Participação Social no PRH Paraguai

127 José Luiz G. Zoby, ANA, apresentou a proposta de comunicação e planejamento
128 participativo para elaboração do plano de recursos hídricos (Anexo 6). Ângelo J. R. Lima
129 questionou os locais das oficinas e seminários da participação e se era possível que
130 fossem realizados em outros municípios. Falou também que antes das oficinas deveriam
131 ser enviados documentos. José Luiz Zoby descreveu que este cuidado já existe e que a
132 consultoria a ser contratada deve apresentar um plano de trabalho. Débora Calheiros
133 falou de um projeto de extensão específico para comunidades tradicionais e que
134 convidará a ANA para participar. Marcia Divina Oliveira questionou que a participação

135 pública será pequena, que será apresentado para os mesmos. Débora Calheiros fez a
136 proposta de ter uma apresentação sobre mudanças climáticas. Ângelo J. R. Lima fez a
137 proposta de apresentar o tema “Análise sobre o impacto no fluxo hídrico frente a
138 cenários de intervenção”.

139 Encaminhamentos

140 Foi aprovada reunião em agosto, antecipando a reunião de setembro, tendo sido
141 estabelecidos os dias 10 e 11 de agosto de 2016 em Campo Grande (MS).

142